

**Um novo começo
para a Europa:
o meu Programa para
o emprego, o
crescimento, a equidade
e a mudança democrática**

Orientações políticas

para a próxima
Comissão Europeia

Jean-Claude Juncker

Candidato à
função de Presidente da Comissão Europeia

Estrasburgo, 15 de julho de 2014

Jean-Claude Juncker

Candidato a
Presidente da Comissão Europeia

**Um novo começo para a Europa:
o meu Programa para o emprego,
o crescimento, a equidade
e a mudança democrática**

Orientações políticas
para a próxima Comissão Europeia

Estrasburgo, 15 de julho de 2014

A Europa sofreu, nos últimos anos, a pior crise económica e financeira desde a Segunda Guerra Mundial. As instituições europeias e os governos nacionais viram-se obrigados a adotar medidas sem precedentes para estabilizar as economias dos Estados-Membros, consolidar as finanças públicas e evitar que se perdessem os resultados de décadas de integração europeia. Conseguiu evitar-se o pior. O mercado interno e a integridade da área do euro foram preservados. De forma lenta mas segura, o crescimento e a confiança estão a regressar à Europa.

No entanto, a crise não nos deixou incólumes. Mais de 6 milhões de pessoas perderam o emprego. O desemprego entre os jovens atingiu máximos históricos. Vários dos nossos Estados-Membros estão ainda longe de atingir um crescimento sustentável e níveis adequados de investimento. Em muitos países, a confiança no projeto europeu atingiu o mais baixo nível de sempre.

As medidas tomadas durante a crise podem comparar-se à reparação de um avião em chamas em pleno voo. Embora em termos gerais as medidas tenham tido êxito, foram cometidos erros. Houve falta de equidade social. A legitimidade democrática ressentiu-se, uma vez que tiveram de ser criados muitos instrumentos novos fora do quadro jurídico da União Europeia. E, depois de ter passado vários anos centrada na gestão da crise, a Europa está a verificar que muitas vezes está mal preparada para enfrentar os desafios globais futuros, quer no que diz respeito à era digital, à corrida pela inovação e competências, à escassez de recursos naturais, à segurança alimentar, ao custo da energia, ao impacto das alterações climáticas, ao envelhecimento da nossa população quer à dor e a pobreza nas fronteiras externas da UE.

Com um novo ciclo legislativo após as eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014, **chegou o momento de adotar uma nova abordagem.**

Como candidato à função de Presidente da União Europeia, considero ser minha tarefa essencial reconstruir pontes na Europa depois da crise. Restabelecer a confiança dos cidadãos europeus, centrar as nossas políticas nos principais desafios com que as nossas economias e as nossas sociedades se confrontam e reforçar a legitimidade democrática com base no método comunitário.

Depois de ter feito campanha como principal candidato do Partido Popular Europeu à função de Presidente da Comissão, antes das eleições para o Parlamento Europeu, juntamente com Martin Schulz pelo Partido dos Socialistas Europeus, Guy Verhofstadt pela Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa e pelo Partido Democrático Europeu, Ska Keller e José Bové pelo Partido Verde Europeu, e Alexis Tsipras pelo Partido da Esquerda Europeia – fui proposto pelo Conselho Europeu como candidato à função de Presidente da Comissão Europeia em 27 de junho de 2014. Com esta proposta, o Conselho Europeu tomou em consideração o resultado das eleições para o Parlamento Europeu, nas quais o meu partido obteve o maior

número de votos, depois de ter realizado as consultas adequadas com os representantes do Parlamento Europeu.

Pela primeira vez, estabeleceu-se uma ligação direta entre os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e a proposta do Presidente da Comissão Europeia. Deu-se assim resposta ao que o Parlamento Europeu reclamava há várias décadas. Este facto tem o potencial para adicionar uma dose suplementar de legitimidade democrática muito necessária no processo europeu de tomada de decisões, em conformidade com as normas e práticas da democracia parlamentar. É igualmente uma oportunidade única para começar de novo.

Após os confrontos da campanha eleitoral, chegou o momento de trabalharmos em conjunto. Apesar das nossas diferenças, existe uma grande convergência de pontos de vista sobre as principais prioridades que devem ser abordadas a nível europeu. E quero trabalhar com todos para alcançar um amplo consenso, em todas as instituições da UE, sobre o que devemos oferecer aos europeus para seguidamente transformar as palavras em atos, concretizando o que foi acordado.

É por esta razão que, depois de ter trocado pontos de vista com todos os grupos políticos do recentemente eleito Parlamento Europeu, proponho renovar a União Europeia com base num **Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática**. Um programa que se centre nos domínios em que a União Europeia pode desempenhar um papel verdadeiramente decisivo.

O meu programa centrar-se-á em **dez domínios estratégicos**. Colocarei a tónica em resultados concretos nestes dez domínios. Além disso, deixarei aos Estados-Membros outros domínios, em que estão mais legitimados e melhor preparados para dar respostas eficazes aos níveis local, regional e nacional, em consonância com os princípios de subsidiariedade e proporcionalidade. **Quero uma União Europeia que seja maior e mais ambiciosa nas coisas de grande importância e mais pequena e mais modesta em coisas de menor importância.**

Os dez domínios que devem ser abordados no quadro do meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática são os seguintes:

1. Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento

A minha primeira prioridade como Presidente da Comissão será reforçar a competitividade da Europa e estimular o investimento para a criação de emprego. Tenciono apresentar, nos primeiros três meses do meu mandato e no contexto da revisão da Estratégia Europa 2020, **um ambicioso pacote para o emprego, o crescimento e o investimento**.

Não creio que possamos basear um crescimento sustentável em montanhas de dívidas cada vez maiores; esta é a lição que retirámos da crise e que temos de ter em conta. Sei também muito bem que são principalmente as empresas que criam emprego, não os governos nem as instituições da UE. Todavia, estou convencido de que podemos utilizar muito melhor o orçamento comum da UE e o Banco Europeu de Investimento (BEI). Temos de utilizar estes fundos públicos disponíveis a nível da União para estimular o investimento privado na economia real. Precisamos de um

investimento mais inteligente, mais orientado, com menos regulamentação e mais flexibilidade quando chega o momento de utilizar estes fundos públicos. Na minha opinião, se assim atuarmos poderemos **mobilizar até 300 mil milhões de euros de investimento público e privado adicional na economia real nos próximos três anos.**

Para tal, o enquadramento do investimento tem de ser melhorado e reforçada a absorção dos fundos. A elaboração de projetos pelo BEI e pela Comissão deve ser intensificada e expandida. Temos de identificar e promover novos projetos que sejam sustentáveis e criem emprego para ajudar a restabelecer a competitividade da Europa. Para tornar projetos em realidade, temos também de desenvolver instrumentos financeiros mais eficazes, nomeadamente sob a forma de empréstimos ou garantias com maior capacidade de risco. Devemos tomar em consideração um novo aumento de capital do BEI.

Estes investimentos suplementares devem centrar-se nas **infraestruturas, nomeadamente nas redes de banda larga e redes de energia, bem como nas infraestruturas de transporte em centros industriais; na educação, investigação e inovação; nas energias renováveis e na eficiência energética.** É conveniente afetar recursos significativos a projetos suscetíveis de ajudar os jovens a voltarem a encontrar empregos decentes, completando os esforços já envidados no quadro da **Garantia para a Juventude**, cuja implementação deve ser acelerada e progressivamente alargada.

A **revisão intercalar do quadro financeiro plurianual**, agendada para o final de 2016, deve proporcionar a ocasião para orientar o orçamento da União Europeia para mais emprego, crescimento e competitividade.

No que diz respeito à utilização dos orçamentos nacionais a favor do crescimento e do investimento, devemos, tal como o Conselho Europeu de 27 de junho de 2014 reafirmou, respeitar o **Pacto de Estabilidade e Crescimento**, aproveitando ao máximo a flexibilidade introduzida nas regras do Pacto, reformado em 2005 e em 2011. Tenciono divulgar orientações concretas sobre este ponto no quadro do meu ambicioso programa a favor do emprego, do crescimento e do investimento.

O emprego, o crescimento e o investimento só voltarão à Europa se criarmos **um ambiente regulamentar adequado e promovermos um clima favorável ao empreendedorismo e à criação de emprego.** Não devemos asfixiar a inovação e a competitividade com regulamentações demasiado restritivas e pormenorizadas, principalmente para as pequenas e médias empresas (PME). As PME são a espinha dorsal da nossa economia, responsáveis pela criação de mais de 85 % dos novos postos de trabalho na Europa e temos de as libertar de uma regulamentação demasiado pesada. É por esta razão que tenciono confiar a responsabilidade de elaborar uma melhor regulamentação a um dos Vice-Presidentes da Comissão e conferir a esse Vice-Presidente o mandato de identificar, juntamente com o Parlamento e o Conselho, a burocracia, tanto aos níveis europeu como nacional, suscetível de ser rapidamente suprimida, como parte do meu pacote para o emprego, o crescimento e o investimento.

2. Um mercado único digital conectado

Considero que temos de aproveitar melhor as grandes oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais, que não conhecem fronteiras. Para o efeito, precisamos de ter a coragem de quebrar as barreiras nacionais em matéria de regulamentação das telecomunicações, de direitos de autor e de proteção dos dados, bem como em matéria de gestão das ondas hertzianas e de aplicação do direito da concorrência.

Se conseguirmos, podemos assegurar aos cidadãos europeus que em breve poderão utilizar os seus telemóveis em toda a Europa sem ter de pagar tarifas de *roaming*. Podemos garantir que os consumidores terão acesso a serviços, música, filmes e eventos desportivos nos seus aparelhos eletrónicos onde quer que se encontrem na Europa e independentemente das fronteiras. Podemos criar condições de concorrência equitativas no quadro das quais todas as empresas que oferecem os seus bens ou serviços na União Europeia estão sujeitas às mesmas regras em matéria de proteção dos dados e de proteção dos consumidores, onde quer que se encontre o seu servidor. **Ao criar um mercado único digital conectado, podemos gerar até 250 mil milhões de euros de crescimento suplementar na Europa durante o mandato da próxima Comissão**, criando assim centenas de milhares de novos postos de trabalho, em benefício nomeadamente dos jovens à procura de emprego, bem como uma sociedade do conhecimento dinâmica.

Para o conseguir, tenciono, nos primeiros seis meses do meu mandato, tomar **ambiciosas medidas legislativas com vista a criar um mercado único digital conectado**, nomeadamente através da rápida conclusão de negociações relativas às regras europeias comuns em matéria de proteção de dados; sendo mais ambicioso na reforma em curso das nossas regras em matéria de telecomunicações; modernizando as nossas regras em matéria de direitos de autor tendo em conta a revolução digital e os novos comportamentos dos consumidores; e modernizando e simplificando as regras em matéria de proteção dos consumidores para as compras em linha. Estas medidas serão acompanhadas de medidas destinadas a reforçar as competências digitais e a aprendizagem digital nas nossas sociedades e a facilitar a criação de jovens empresas inovadoras. O reforço do recurso a tecnologias digitais e aos serviços em linha deve tornar-se uma política horizontal que abranja todos os setores da economia e do setor público.

3. Uma União mais resiliente a nível da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas

Os atuais acontecimentos geopolíticos recordaram-nos bruscamente que a Europa depende demasiado das suas importações de gás e de petróleo. Pretendo, por conseguinte, reformar e reorganizar a política energética europeia no quadro de **uma nova União Europeia da energia**. Temos de agrupar os nossos recursos, combinar as nossas infraestruturas e falar a uma só voz aquando das negociações com países terceiros. Temos de diversificar as nossas fontes de energia e reduzir a forte dependência energética de vários dos nossos Estados-Membros.

Quero manter o nosso mercado europeu da energia aberto aos nossos vizinhos. Contudo, **se o preço da energia importada de Leste se tornar demasiado caro, quer em termos económicos quer políticos, a Europa deve poder mudar muito**

rapidamente para outras fontes de abastecimento. Precisamos de ser capazes de inverter os fluxos de energia, se necessário.

Temos de reforçar a parte das energias renováveis no nosso continente, não apenas por uma questão de realizar uma política responsável de luta contra as alterações climáticas, mas igualmente por um imperativo em matéria de política industrial, se pretendemos continuar a ter acesso a uma energia a preços abordáveis disponível a médio prazo. Acredito firmemente no potencial do crescimento verde. **Quero, por conseguinte, que a União Europeia se torne o número um mundial das energias renováveis.**

Gostaria também de reforçar significativamente a eficiência energética para além do objetivo 2020, nomeadamente no que se refere aos edifícios, e sou a favor de um objetivo ambicioso e vinculativo para o efeito de forma a continuar o rumo actual da União em matéria de eficiência energética. Quero que a União Europeia mostre o caminho na luta contra o aquecimento global antes da reunião das Nações Unidas em Paris em 2015 e após esta data respeitando o objectivo de limitar qualquer aumento da temperatura, no máximo, a dois graus centígrados acima dos níveis pré-industriais. Temos esta obrigação para com as gerações futuras.

4. Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada

O mercado interno da Europa é o seu melhor trunfo nestes tempos de crescente mundialização. Pretendo, por conseguinte, que a próxima Comissão se apoie na força do nosso mercado único e explore plenamente o seu potencial em todas as suas dimensões. Temos de concluir o mercado interno dos bens e dos serviços e fazer dele um trampolim para que as nossas empresas e a nossa indústria prosperem numa economia mundializada, igualmente no que diz respeito aos produtos agrícolas.

Estou firmemente convencido de que devemos manter e consolidar uma base industrial simultaneamente forte e altamente eficiente para o nosso mercado interno, uma vez que seria ingénuo pensar que o crescimento na Europa poderia depender apenas dos serviços. **Temos de aumentar o peso da indústria no PIB da UE dos atuais menos de 16 % para 20 % até 2020.** Tal permitirá à Europa manter a sua posição dominante em setores estratégicos que oferecem emprego de qualidade, como a indústria automóvel, a aeronáutica, a engenharia, a indústria espacial, as indústrias químicas e farmacêuticas. Para tal, temos de estimular o investimento nas novas tecnologias, melhorar o ambiente das empresas, facilitar o acesso aos mercados e aos financiamentos, em especial para as PME, e garantir que os trabalhadores possuem as competências de que a indústria necessita.

Concluir a resolução dos problemas do nosso setor bancário e incentivar o investimento privado continua a ser prioritário. Sou um fervoroso adepto da realização de **controles mais rigorosos dos bancos** através de um mecanismo único de supervisão dotado de um fundo de resolução único a constituir progressivamente. A minha Comissão será ativa e vigilante na garantia de que implementaremos na íntegra as novas regras em matéria de supervisão e resolução,

que tornarão os bancos europeus suficientemente sólidos para poderem de novo conceder empréstimos à economia real.

A mais longo prazo, considero que devemos complementar as novas regras europeias para os bancos com uma **União dos mercados de capitais**. Para melhorar o financiamento da nossa economia, devemos desenvolver e integrar mais os mercados de capitais, o que poderia reduzir os custos de financiamento, nomeadamente para as PME, e contribuir para diminuir a nossa muito forte dependência em matéria de financiamento bancário. Tal permitiria igualmente reforçar o carácter atrativo da Europa em matéria de investimentos.

A livre circulação de trabalhadores foi sempre um dos pilares do mercado interno, que continuarei a defender, reconhecendo simultaneamente o direito das autoridades nacionais de lutarem contra as interpretações abusivas e fraudulentas. Penso que devemos considerar a livre circulação dos trabalhadores como uma oportunidade económica e não como uma ameaça. Devemos, por conseguinte, promover a **mobilidade da mão de obra**, em especial nos setores onde persistem vagas por preencher ou onde há uma inadequação de competências. Ao mesmo tempo, assegurarei que a **diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores** é aplicada à letra e iniciarei uma revisão específica desta diretiva, a fim de garantir que o *dumping* social não tem lugar na União Europeia. **Na nossa União, um mesmo trabalho efetuado no mesmo local deve ser remunerado de forma idêntica.**

Temos necessidade de uma maior equidade no nosso mercado interno. Embora reconhecendo a competência dos Estados-membros no que se refere aos seus sistemas fiscais, devemos intensificar os nossos esforços **para lutar contra a evasão e a fraude fiscais**, para que todos contribuam com a sua quota-parte. Reforçarei nomeadamente a cooperação administrativa entre autoridades fiscais e trabalharei no sentido da adoção, a nível da UE, de uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades e um imposto sobre transações financeiras. A proposta de regras reforçadas da União para lutar contra o **branqueamento de capitais** deve ser adotada rapidamente, e ter um conteúdo ambicioso, nomeadamente no que respeita à identificação dos beneficiários efetivos e à melhoria das medidas de vigilância relativamente a um melhor conhecimento dos clientes.

5. Uma União económica e monetária mais aprofundada e mais equitativa

Nos próximos cinco anos, tenciono prosseguir a reforma da nossa União económica e monetária a fim de preservar a estabilidade da nossa moeda única e melhorar a convergência das políticas económicas, orçamentais e de mercado do trabalho entre os Estados-Membros que partilham a moeda única. Fá-lo-ei com base nos «Relatórios dos quatro presidentes» e no Plano pormenorizado para uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada preparado pela Comissão, e sempre com a dimensão social em mente.

A crise ainda não terminou, apenas foi interrompida. Temos de utilizar este tempo de pausa para consolidar e complementar as medidas sem precedentes que tomámos durante a crise, simplificá-las e torná-las socialmente legítimas. A estabilidade da

nossa moeda única e a solidez das finanças públicas são tão importantes para mim como a equidade social na implementação das necessárias reformas estruturais.

Pretendo lançar **iniciativas legislativas e não legislativas para aprofundar a nossa União económica e monetária** durante o primeiro ano do meu mandato. Estas iniciativas incluirão uma revisão orientada para a estabilidade do «pacote legislativo de seis medidas» e do «pacote legislativo das duas medidas» (tal como previsto nesta legislação); propostas para incentivar outras reformas estruturais, se necessário através de incentivos financeiros suplementares e de uma capacidade orçamental específica a nível da área do euro; e uma proposta para uma representação externa mais eficiente da nossa União económica e monetária.

A médio prazo, considero que necessitamos de reequilibrar a forma como concedemos apoio condicional à estabilidade aos países da área do euro em dificuldades. No futuro, temos de poder substituir a «tróica» por uma estrutura mais responsável e mais legitimamente democrática e que deva prestar contas dos seus atos, assente em instituições europeias com um controlo parlamentar reforçado quer a nível europeu quer nacional. Proponho igualmente que, no futuro, qualquer programa de apoio e de reforma não seja apenas objeto de uma avaliação da sustentabilidade orçamental; mas também de uma **avaliação do impacto social**. Os efeitos sociais das reformas estruturais devem ser debatidos publicamente e a luta contra a pobreza deve ser uma prioridade. Sou um adepto convicto da economia de mercado social. Não é compatível com a economia de mercado social que, durante a crise, os armadores e os especuladores se tornem cada vez mais ricos, enquanto os pensionistas já não disponham de recursos para se sustentarem.

6. Um Acordo de Comércio Livre razoável e equilibrado com os EUA

Sob a minha presidência, a Comissão negociará um acordo comercial razoável e equilibrado com os Estados Unidos da América num espírito de transparência e de procura de vantagens mútuas e recíprocas. É anacrónico que, no século XXI, os europeus e os americanos continuem a impor-se mutuamente **direitos aduaneiros**. Estes deviam ser rápida e integralmente suprimidos. Creio igualmente que podemos ir mais longe no reconhecimento recíproco das normas, ou trabalhar no sentido da criação de normas transatlânticas.

Contudo, como Presidente da Comissão, serei também muito claro: **não sacrificarei as normas europeias de segurança, de saúde, as normas sociais, as normas de proteção de dados ou a nossa diversidade cultural no altar do comércio livre**. Serei particularmente intransigente, enquanto Presidente da Comissão, em relação à segurança alimentar e à proteção de dados pessoais. Não aceitarei também que a jurisdição dos tribunais dos Estados-Membros da UE seja limitada por regimes especiais aplicáveis aos litígios entre investidores. O Estado de direito e o princípio da igualdade perante a lei devem ser aplicáveis igualmente neste contexto.

Insistirei na necessidade de **uma maior transparência face aos cidadãos e ao Parlamento Europeu** que, por força dos Tratados, terá a última palavra sobre a celebração do acordo, e isto em todas as fases de negociação.

7. Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútua

A nossa União Europeia é mais do que um vasto mercado único. É igualmente uma **União de valores comuns**, consagrados nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais. Os cidadãos esperam que os seus governos lhes assegurem justiça, proteção e equidade, bem o pleno respeito dos direitos fundamentais e do Estado de direito. Tal passa também por uma ação conjunta a nível da Europa, com base em valores comuns.

Tenciono utilizar as prerrogativas da Comissão para fazer respeitar, no nosso âmbito de competências, os nossos valores comuns, o Estado de direito, e os direitos fundamentais, tendo também devidamente em conta a diversidade dos contextos constitucionais e culturais dos 28 Estados-Membros. Tenho a intenção de designar um **Comissário responsável pela Carta dos Direitos Fundamentais e pelo Estado de Direito**. Este Comissário terá igualmente por missão concluir a adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que constitui uma obrigação por força do Tratado da UE.

As discriminações não devem ter lugar na nossa União, quer se baseiem na nacionalidade, sexo, origem racial ou étnica, religião ou convicções, deficiência, idade, orientação sexual ou o facto de pertencer a uma minoria. Manterei, por conseguinte, a proposta de diretiva neste domínio e envidarei esforços para convencer os governos nacionais a abandonarem a resistência que atualmente demonstram no Conselho.

A proteção dos dados é um direito fundamental que se reveste de uma importância especial na era digital. Para além de finalizar rapidamente o trabalho legislativo sobre as regras comuns da União em matéria de proteção de dados, temos também de fazer reconhecer este direito no quadro das nossas relações externas. Tendo em conta as recentes revelações relativamente a uma vigilância de massa, os nossos parceiros próximos como os Estados Unidos vão ter de nos convencer que as disposições relativas à esfera de segurança são realmente seguras, se querem que sejam mantidas. Os Estados Unidos terão igualmente de garantir que todos os cidadãos da UE, residentes ou não nos Estados Unidos, têm o direito de fazer valer os seus direitos à proteção de dados junto dos tribunais americanos. Este ponto será essencial para restabelecer a confiança nas relações transatlânticas.

A luta contra a criminalidade transfronteiras e o terrorismo é da responsabilidade comum da Europa. Devemos combater a criminalidade organizada, como o tráfico de seres humanos, o contrabando e a cibercriminalidade. Temos de lutar contra a corrupção; e lutar contra o terrorismo e combater a radicalização - tudo isto garantindo em simultâneo o respeito dos valores e dos direitos fundamentais, nomeadamente os direitos processuais e a proteção dos dados pessoais.

Numa altura em que cada vez mais cidadãos estudam, trabalham, fazem negócios ou se casam e têm filhos num país diferente do seu na União, a **cooperação judicial entre os Estados-Membros da UE** deve ser melhorada, etapa a etapa: construindo pontes entre os diferentes sistemas judiciais, reforçando instrumentos

comuns como o Eurojust, desenvolvendo novos instrumentos, como a Procuradoria Europeia, que tem por missão combater a fraude criminal que prejudica os interesses financeiros da União e através do reconhecimento mútuo das decisões judiciais, de forma a que os cidadãos e as empresas possam exercer mais facilmente os seus direitos em toda a União.

8. Rumo a uma nova política migratória

Os terríveis acontecimentos que se desenrolaram recentemente no Mediterrâneo provaram-nos que a Europa necessita de melhorar a gestão do fenómeno migratório. Trata-se em primeiro lugar de um imperativo humanitário. Estou convencido que temos de colaborar com **um espírito de solidariedade** para garantir que situações como a de Lampedusa não se repitam.

Com base nos nossos valores comuns, temos de proteger os mais necessitados através de uma **política comum em matéria de asilo**. O sistema comum de asilo recentemente adotado deve ser plenamente aplicado e as divergências nacionais a nível da execução suprimidas. Tenciono igualmente explorar a possibilidade de utilizar o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo para prestar assistência às autoridades de países terceiros e dos Estados-Membros a gerir os refugiados e os pedidos de asilo em situações de emergência, se necessário no terreno, num país terceiro particularmente implicado.

Pretendo promover **uma nova política europeia em matéria de migração legal**. Uma tal política poderia ajudar-nos a resolver a escassez de qualificações específicas e a atrair talentos para melhor dar resposta aos desafios demográficos que se colocam à União Europeia. Quero que a Europa se torne pelo menos tão atrativa como os destinos migratórios favoritos como a Austrália, o Canadá e os EUA. Numa primeira fase, tenciono reexaminar a legislação «Cartão Azul UE», bem como a sua aplicação pouco satisfatória.

Considero igualmente que necessitamos de resolver de forma mais resoluta a questão da **migração irregular**, nomeadamente através de uma melhor cooperação com países terceiros, nomeadamente em matéria de readmissão.

Designarei **um Comissário responsável pelas migrações**, que terá por missão resolver estas questões em colaboração com todos os Estados-membros e com os países terceiros mais envolvidos.

Por último, mas não menos importante, temos de **securizar as fronteiras da Europa**. As nossas políticas comuns em matéria de asilo e de migração só funcionarão se pudermos impedir fluxos descontrolados de migrantes ilegais. Precisamos, por conseguinte, de reforçar as capacidades operacionais da FRONTEX, a agência europeia para a gestão das fronteiras. Um orçamento anual de apenas 90 milhões de euros não poderá certamente corresponder à tarefa que representa a proteção das fronteiras comuns da Europa. Temos de reunir mais recursos entre os Estados-Membros para reforçar o trabalho da FRONTEX e criar equipas europeias de guardas de fronteira, que podem ser destacadas rapidamente no quadro de operações FRONTEX conjuntas e de intervenções nas fronteiras. Esta

tarefa incumbe conjuntamente a todos os Estados-Membros da UE, do norte e do sul, que deve ser assumida num espírito de solidariedade.

Temos igualmente de nos aplicar e fazer respeitar rigorosamente as nossas novas regras europeias comuns para sancionar os **traficantes de seres humanos**. Os criminosos que exploram a dor e as necessidades de pessoas em perigo ou que sofrem perseguições precisam de saber que a Europa está vigilante e os levará a tribunal por todos os meios possíveis.

9. Uma Europa mais forte na cena mundial

Precisamos de uma Europa forte em matéria de política externa. A crise na Ucrânia e a situação preocupante no Médio Oriente mostram como é importante que a Europa esteja unida na cena da política externa. Muito há ainda a fazer.

Creio que não podemos estar satisfeitos com a nossa política externa atual. Precisamos de criar melhores mecanismos para antecipar os acontecimentos logo desde o início e identificar rapidamente as respostas comuns. Temos de ser mais eficazes agrupando os instrumentos de ação externa da Europa. A política comercial, a ajuda ao desenvolvimento, a nossa participação nas instituições financeiras internacionais e a nossa política de vizinhança devem ser combinadas e ativadas numa única e mesma lógica.

O próximo **Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança** terá de ser uma personalidade respeitada e com experiência, capaz de articular os instrumentos nacionais e europeus, bem como todos os instrumentos de que a Comissão dispõe de forma mais eficaz do que no passado. Deve agir em concertação com os nossos comissários europeus responsáveis pelo comércio, o desenvolvimento, a ajuda humanitária e a política de vizinhança, o que exigirá que o Alto Representante desempenhe plenamente o seu papel no Colégio dos Comissários. Para permitir que tal aconteça, tenciono conferir aos outros comissários responsáveis pelas relações externas a capacidade de **substituir o Alto Representante** tanto em reuniões do Colégio como na cena internacional.

Creio igualmente que devemos trabalhar para reforçar a Europa em matéria de **segurança e de defesa**. Sim, a Europa é um «soft power». No entanto, mesmo os mais fortes poderes pacíficos não podem estar num impasse a longo prazo sem pelo menos algumas capacidades de defesa integradas. O Tratado de Lisboa prevê a possibilidade de os Estados-Membros que o desejem agruparem as suas capacidades de defesa sob a forma de uma cooperação estruturada permanente. Desta forma, os Estados-Membros que o desejem podem implicar-se em missões conjuntas da UE para operar em zonas de crise, em caso de necessidade, como teria sido necessário desde o início no Mali ou no Sudão do Sul. Os Estados-Membros devem igualmente criar mais sinergias em matéria de contratos públicos de defesa. Num período em que as finanças públicas são escassas, temos de fazer corresponder as ambições políticas e os recursos existentes a fim de evitar a duplicação de programas. Hoje em dia, na UE mais de 80 % do investimento em equipamentos de defesa são ainda despendidos a nível nacional. É, pois, necessária

mais cooperação nos contratos de defesa, quanto mais não seja por razões orçamentais.

No que se refere ao **alargamento**, reconheço plenamente que se trata de um êxito histórico que trouxe paz e estabilidade ao nosso continente. No entanto, a União e os nossos cidadãos precisam agora de digerir as últimas adesões, mais 13 Estados-Membros que aderiram à UE em 10 anos. A UE necessita de fazer uma pausa no alargamento, a fim de consolidar o que foi feito a 28. É por esta razão que, sob a minha presidência, as negociações em curso prosseguirão, nomeadamente com os Balcãs Ocidentais, que têm necessidade de uma perspetiva europeia, mas **não assistiremos a um novo alargamento nos próximos cinco anos**. Com os países da nossa vizinhança oriental, como a Moldávia e a Ucrânia, devemos intensificar os nossos esforços de cooperação, de associação e de parceria para reforçar ainda mais os nossos laços económicos e políticos.

10. A União da mudança democrática

A proposta de um candidato para a função de Presidente da Comissão Europeia com base nos resultados das eleições para o Parlamento Europeu e a sua eleição representam sem dúvida um avanço importante, mas trata-se apenas de um pequeno passo para o reforço do carácter democrático da União Europeia no seu conjunto. Uma Comissão Europeia sob a minha presidência esforçar-se-á por revigorar a parceria especial que mantém com o Parlamento Europeu, como estabelecido no Acordo-Quadro de 2010. **Quero encetar convosco um diálogo político e não um diálogo tecnocrático**. Tenciono enviar sistematicamente representantes às negociações importantes realizadas no quadro do trílogo e espero que o Conselho aja da mesma forma.

Estou igualmente empenhado em reforçar a **transparência relativamente aos contactos com as partes interessadas e os grupos de pressão**. Os nossos cidadãos têm o direito de saber quem é que os comissários e o pessoal da Comissão, os membros do Parlamento Europeu e os representantes do Conselho encontram no quadro do processo legislativo. Irei, por conseguinte, propor ao Parlamento e ao Conselho a celebração de um acordo interinstitucional com vista a criar um registo obrigatório dos grupos de pressão abrangendo as três instituições. A Comissão mostrará o exemplo neste processo.

Tenho igualmente a intenção de reexaminar a **legislação aplicável à autorização dos organismos geneticamente modificados**. Não considero normal que por força das regras atuais, a Comissão seja juridicamente forçada a autorizar a importação e a transformação de novos organismos, mesmo quando uma maioria clara de Estados-Membros se opõe. A Comissão deve estar numa posição de poder conferir à posição maioritária de governos democraticamente eleitos pelo menos tanto peso quanto aos pareceres científicos, nomeadamente quando se trata da segurança dos alimentos que consumimos e do ambiente em que vivemos.

A relação com os **parlamentos nacionais** é para mim de grande importância, nomeadamente quando se trata de aplicar o princípio da subsidiariedade. Explorarei novas vias para melhorar a interação com os parlamentos nacionais, como forma de aproximar a União Europeia dos cidadãos.

* * *

Se for eleito para a função de Presidente da Comissão Europeia, o meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática servirá como ponto de partida para a programação anual e plurianual da União. Para o efeito, podemos também basear-nos na «Agenda Estratégica da União Europeia em Tempos de Mudança», tal como adotado pelo Conselho Europeu de 27 de junho de 2014, e nas orientações que serão dadas pelo Parlamento Europeu nos próximos meses.

Considero que o programa de ação da Comissão deve ser estabelecido no quadro de uma parceria estreita entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, e em colaboração com os Estados-Membros. **A hierarquização das prioridades de ação como base de uma União mais eficaz e melhor orientada, só funcionará se resultar de uma parceria entre as instituições da União e os Estados-Membros, em conformidade com o método comunitário.**

O papel do Presidente da Comissão consiste em defender o interesse geral europeu, o que implica trabalhar com todos, independentemente de serem membros da área do euro, signatários do Acordo de Schengen ou partidários de uma maior integração. Estou firmemente convencido de que temos de avançar enquanto União. **Não temos necessariamente de avançar todos ao mesmo ritmo** - os Tratados preveem essa situação e já vimos que podemos funcionar segundo modalidades diferentes. Os que querem ir mais longe e mais depressa, devem poder fazê-lo. Tal é particularmente importante na área do euro, em que temos de continuar a consolidar as fundações da moeda comum através de uma maior integração. E este processo devia ser realizado de forma a permitir preservar a integridade do mercado único e a proteger os direitos dos que não fazem parte da área do euro. Como em qualquer família, existirão de tempos a tempos tensões e desacordos. Deixei bem claro ao longo de toda a minha campanha que estava pronto a ouvir as preocupações de cada Estado-Membro e a ajudar a encontrar soluções.

Tenciono reorientar o trabalho da nova Comissão com base no meu «Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática» e nas suas dez prioridades. Tenciono organizar a nova Comissão de forma a refletir estes dez domínios estratégicos prioritários e garantir a obtenção de resultados rápidos e concretos em cada um deles.

Farei todo o meu possível por garantir uma **participação equilibrada entre mulheres e homens nos quadros superiores da Comissão que serão escolhidos tanto a nível político como administrativo**. A paridade de género não é um luxo; é um dever em política e devia constituir uma evidência para todos, incluindo os responsáveis em todas as capitais dos nossos Estados-Membros, quando se trata de propor um candidato para o posto de comissário na próxima Comissão. Tal constitui por si só um teste ao empenhamento dos governos dos Estados-Membros a favor de uma abordagem nova, mais democrática, na era da mudança.

Com base no meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática e nas suas dez prioridades, submeto hoje a minha candidatura à votação do Parlamento Europeu. Quanto mais ampla for a maioria que me apoiará e ao meu programa, maior será a margem de manobra para formar a próxima Comissão, e mais eficaz serei na rápida execução deste programa.

«**Desta vez, é diferente**» foi o slogan escolhido pelo Parlamento Europeu para a campanha eleitoral. Mostremos que em conjunto somos capazes de tornar esta promessa uma realidade. E que juntos podemos realmente mudar e renovar a Europa. E que uniremos os nossos esforços para ganhar de novo a confiança dos cidadãos no projeto europeu. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que desta vez seja diferente.



Jean-Claude Juncker

